A FORMAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO: AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A INSERÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO

Stela Galbardi de Resende¹, Taissa Vieira Lozano Burci¹, Adriano Hidalgo Fernandes², ³Maria Luisa Furlan Costa.

¹Faculdade Astorga, Programa de Pós-Graduação em Educação², Astorga, PR. ²Faculdade Dom Bosco, Programa de Pós-Graduação em Educação, Goioerê, PR. ³Universidade Estadual de Maringá - UEM, Departamento de Fundamentos da Educação, Maringá, PR. , E-mail: stela.galbardi@gmail.com

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre a legislação no que diz respeito ao uso das novas tecnologias na educação, de como o estado brasileiro se articula em suas políticas públicas e sociais para a redução das desigualdades educacionais. Busca-se estabelecer principalmente a interlocução com as seguintes fontes: Constituição Federal (1988); Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996); Diretrizes para o uso de tecnologias educacionais / Secretaria de Estado da Educação (PARANÁ, 2010) e as Diretrizes de Políticas para a Aprendizagem Móvel (UNESCO, 2013). A educação como direito de todos, conforme a Constituição de 1988, enfrenta o desafio não somente de ampliar vagas, mas principalmente de melhorar a qualidade e garantir a permanência. Na busca pela formação do homem *omninateral* faz-se necessário discutir o uso de novas tecnologias em suas limitações e possibilidades na formação docente.

Palavras-Chave: Políticas Públicas, Educação, Novas Tecnologias.

THE FORMATION OF THE BRAZILIAN STATE: THE PUBLIC POLICIES FOR THE INSERTION OF NEW TECHNOLOGIES IN EDUCATION

ABSTRACT

This paper aims to reflect on the legislation regarding the use of new technologies in education, how the Brazilian state articulates in its public and social policies for the reduction of educational inequalities. It seeks to establish mainly the dialogue with the following sources: Federal Constitution (1988); Laws of Guidelines and Bases of National Education (BRASIL, 1996); Guidelines for the use of educational technologies / Secretariat of State for Education (PARANÁ, 2010) and the Policy Guidelines for Mobile Learning (UNESCO, 2013). Education as a right of all, according to the 1988 Constitution, faces the challenge not only of expanding vacancies, but mainly of improving quality and ensuring permanence. In the search for the formation of the *omninateral* man it is necessary to discuss the use of new technologies in their limitations and possibilities in teacher training.

Keywords: Public Policies, Education, New Technologies.

INTRODUÇÃO

A escola, como instituição promotora de conhecimentos, historicamente visa atender às questões que no contexto social, envolvem e influenciam o seu papel social no que tange a formação de um modelo de homem que responda as necessidades mais emergentes. Nessa abordagem, o uso de novas tecnologias tem atraído a atenção das pesquisas no cenário educacional.

Porém para compreender este contexto do presente faz-se necessário um duplo movimento: compreender o presente pelo passado e compreender o passado pelo presente. A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado, mas, é igualmente inútil, esgotar-se para compreender o passado, se nada se souber do presente. Nesse sentido, para compreender as novas tecnologias na educação hoje faz-se necessário primeiramente definir o que é educação.

Em seu livro *Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações*, Saviani (1991) define que educação é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Assim, a educação diz respeito, de um lado à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, por outro lado, e ao mesmo tempo, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo.

Nesse sentido, a educação é uma atividade planejada para atender uma finalidade que está ligada a um período histórico e culturalmente datado pelas necessidades sociais as quais pretende atender para a produção da existência humana. Analisar as políticas educacionais implica considerar que as mesmas articulam-se ao projeto de sociedade que se pretende implantar ou que está em curso. Para cada modelo de Estado existe uma proposta de educação, uma vez que todo projeto educacional veicula um modelo de homem (GADOTTI, 1992).

Portanto, essa pesquisa busca refletir sobre a legislação no que diz respeito ao uso das novas tecnologias na educação, de como o estado brasileiro se articula em suas políticas públicas e sociais para a redução das desigualdades educacionais.

METODOLOGIA

Para a construção da pesquisa utilizou-se um levantamento bibliográfico e documental com abordagem qualitativa. Segundo Malhotra (2001, p.155), “a pesquisa qualitativa proporciona uma melhor visão e compreensão do contexto do problema”.

RESULTADOS

Em termos de implementação de políticas públicas educacionais, a Constituição de 1988 e a LDBEN nº 9.394/96 possibilitaram alguns avanços como a integração da educação infantil, a obrigatoriedade do ensino fundamental e médio, e a ênfase na gestão democrática. Destacam-se também algumas exigências voltadas à necessidade de melhoria da qualidade da educação ofertada, de maiores investimentos na formação, de valorização dos professores e de uma revisão curricular que permita uma formação integral do educando.

A permanência da desigualdade perpassa pelo comprometimento da educação com o período histórico que está situada. Na visão de Marx (1998), a história se faz pela luta de interesses registrada pela luta de classes. Assim, os discriminados são os mesmos, mas as desigualdades se fundamentam de formas diferentes, justamente porque o contexto histórico é outro e exige demandas diferentes. A desigualdade é fruto de um processo histórico que a alimenta e a reproduz, pois a sua essência está numa formação para o trabalho em um sistema capitalista.

Como afirma Höfling:

O sistema de acumulação capitalista engendra em seu desenvolvimento problemas estruturais relativos à constituição e reprodução permanente

da força de trabalho e à socialização desta através do trabalho assalariado. O Estado deve “responder” a estes problemas, ou em outros termos, deve assegurar as condições materiais de reprodução da força de trabalho – inclusive visando uma adequação quantitativa entre a força de trabalho ativa e a força de trabalho passiva – e da reprodução da aceitação desta condição (HÖFLING, 2001, p.24).

Ao educar-se para o trabalho, há que se pensar que a desigualdade educativa parece proposital e a má qualidade do ensino pode justificar que o acesso a escola se dá pela necessidade de preparar mão de obra para o trabalho e o trabalho aqui existe com a finalidade de atender aos interesses da classe dominadora, ou seja, o objetivo seria formar o homem unilateral.

Lukács (1969), afirma que a educação é um complexo dentro de uma sociedade complexa e se a sociedade só pode ser entendida numa perspectiva historicista, a educação também. Conforme Marx e Engels (2007), a história é um instrumento que permite desvendar as contradições inerentes ao processo de construção da vida. O desenvolvimento humano é contraditório e heterogêneo, realizado por meio das concretas relações sociais de dominação que caracteriza a história humana até aqui.

Segundo Saviani (2002), educação é um tema complexo, contudo a complexidade não deve ser considerada como um obstáculo intransponível, mas como um desafio a ser enfrentado. Discutir qualidade do ensino nos mostra a necessidade de amparados pela história e pela filosofia, fomentar a reflexão e o debate, instrumentalizados pelos clássicos, que buscam superar o imediato e o conjuntural, direcionando o processo educativo para os aspectos essenciais e duradouros.

Embasados nesse contexto buscamos analisar como as políticas públicas objetivam utilizar as tecnologias para a redução das desigualdades e para o desenvolvimento da sociedade atual.

DISCUSSÃO

Na educação a LDBEN nº 9.394/96, em seu art. 3º, declara que o ensino será ministrado com base nos princípios de “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber” (BRASIL, 1996). Direcionando nossa análise ao uso das tecnologias que podem contribuir com ações que respeitem estes princípios destacamos algumas regulamentações promulgadas pelo Estado.

O Governo Federal ao publicar do Decreto nº. 5.542, de 02 de setembro de 2005, instituiu, no âmbito do Programa de Inclusão Digital, o Projeto Cidadão Conectado - Computador para Todos. Este projeto tem por objetivo:

[...] promover a inclusão digital mediante a aquisição em condições facilitadas de soluções de informática constituídas de computadores, programas de computador (software) neles instalados e de suporte e assistência técnica necessários ao seu funcionamento, observadas as definições, especificações e características técnicas mínimas estabelecidas em ato do Ministro de Estado da Ciência e Tecnologias (BRASIL, 2005).

Para dar suporte à política de inclusão digital e universalização de acesso ao uso de tecnologias, na educação básica, incentivada pelos documentos legais e pelos referenciais, faz-se necessário não somente investir nas implementações estruturais, mas, concomitantemente na formação de professores. A esse respeito, a Unesco informa que:

para aproveitar as vantagens das tecnologias móveis, os professores precisam ser treinados para incorporá-las com sucesso na prática pedagógica. Em muitos casos, o investimento do governo na formação de

professores é mais importante do que seu investimento em tecnologia em si. A pesquisa da UNESCO mostrou que, sem orientação e instrução professores, muitas vezes, usam a tecnologia para “fazer as coisas velhas em novas formas”, em vez de transformar e melhorar métodos de ensino e aprendizagem (UNESCO, 2013, p. 31).

Os investimentos realizados pelo Governo Brasileiro no que se refere a equipar as escolas para o uso das tecnologias, previsto pela Lei do PROINFO por meio do Decreto 6.300 de 12/12/2007, têm sido embargados, conforme análise da Unesco, pelo efetivo despreparo dos profissionais da educação em manuseá-los como instrumentos pedagógicos inseridos em seus planos de aula. Sobre as tecnologias a LDBEN nº 9.394/96 dispõe que:

Art. 32º. O ensino fundamental, com duração mínima de oito anos, obrigatório e gratuito na escola pública, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

Art. 39º. A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva.

Art. 43º. A educação superior tem por finalidade:

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

Art. 86º. As instituições de educação superior constituídas como universidades integrar-se-ão, também, na sua condição de instituições de pesquisa, ao Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, nos termos da legislação específica.

Art. 87º. É instituída a Década da Educação, a iniciar-se um ano a partir da publicação desta Lei. (BRASIL, 1996)

Percebe-se um discurso em torno da importância da tecnologia na sociedade, enquanto que na prática a “década da educação” foi a década que mais se aprovou lei contra o uso das tecnologias na sala de aula e que menos se investiu na formação de professores na área.

Em 2013, a Unesco publicou as diretrizes de políticas para a aprendizagem móvel afirmando que ela “acredita que as tecnologias móveis podem ampliar e enriquecer oportunidades educacionais para estudantes em diversos ambientes (UNESCO, 2013, p.7). Ainda, em suas recomendações sobre a implementação dessas políticas acrescenta que é necessário:

Examinar os potenciais e os desafios educacionais específicos oferecidos pelas tecnologias móveis e, quando apropriado, incorporá-los nas políticas amplas de TIC na educação. Evitar proibições plenas do uso de aparelhos móveis. Essas proibições são instrumentos grosseiros que geralmente obstruem as oportunidades educacionais e inibem a inovação do ensino e da aprendizagem, a não ser que sejam implementadas por motivos bem fundamentados. Fornecer orientação sobre como novos investimentos em tecnologia podem funcionar em conjunto com os investimentos e as iniciativas educacionais existentes (UNESCO, 2013, p.32)

Fazendo um recorte apenas no estado do Paraná, podemos ver que enquanto as diretrizes para o uso de tecnologias educacionais da Secretaria de Estado da Educação e da Diretoria de Tecnologias Educacionais do Paraná, publicada em 2010, salientam a formação dos professores como mediadores no uso de novas tecnologias em especial na educação básica, a lei estadual do Paraná nº 18.118/2014, no que se refere ao uso de aparelhos eletrônicos a lei dispõe:

[...] sobre a proibição do uso de aparelhos/equipamentos eletrônicos em salas de aula para fins não pedagógicos no Estado do Paraná. A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Proíbe o uso de qualquer tipo de aparelhos/equipamentos eletrônicos durante o horário de aulas nos estabelecimentos de educação de ensino fundamental e médio no Estado do Paraná.

Parágrafo único. A utilização dos aparelhos/equipamentos mencionados no caput deste artigo será permitida desde que para fins pedagógicos, sob orientação e supervisão do profissional de ensino.

Em seu parágrafo único finaliza com a condição que “sob orientação e supervisão do profissional de ensino” e para fins pedagógicos, seu uso é permitido; o contexto da utilização das tecnologias de informação e comunicação na escola, evidenciam-se desafios e problemas relacionados aos espaços e aos tempos que o uso das tecnologias novas e convencionais provocam nas práticas pedagógicas que ocorrem no cotidiano da escola. No contexto da utilização das tecnologias de informação e comunicação na escola, evidenciam-se desafios e problemas relacionados aos espaços e aos tempos que o uso das tecnologias novas e convencionais provocam nas práticas pedagógicas que ocorrem no cotidiano da escola.

A partir disto é legítimo questionar a intenção de um Estado que articula-se de forma diferente ao seu discurso, ou seja, se não é de forma igualitária que a tecnologia e profissionais qualificados para seu uso acontece, a desigualdade permanece e perpetua. A educação como direito de todos, conforme a Constituição de 1988, enfrenta o desafio não somente de ampliar vagas, mas principalmente de melhorar a qualidade e garantir a permanência. Uma formação de qualidade implica, desse modo, a educação como direito e sua efetivação em políticas públicas que se convertem em instrumento de redução das desigualdades e das discriminações que possibilitam incluir ao invés de excluir. Como afirma Lara (2014, p.36) “a garantia da igualdade está baseada na superação da sociedade de classes”.

Nessa direção, Höfling afirma:

Numa sociedade extremamente desigual e heterogênea como a brasileira, a política educacional deve desempenhar importante papel ao mesmo tempo em relação à democratização da estrutura ocupacional que se estabeleceu, e à formação do cidadão, do sujeito em termos mais significativos do que torná-lo “competitivo frente à ordem mundial globalizada” (HÖFLING, 2001, p.40).

Assim, vê-se a importância de uma formação filosófica que abarque a história da educação na formação do educador para discutir as questões políticas que incluem o uso das tecnologias na educação, a qualidade do ensino, a desigualdade e a exclusão.

Para Nóvoa (2009), a formação docente atravessa uma crise em suas bases e isso é uma questão de âmbito mundial. Segundo o autor, a formação de professores deve assumir um forte componente prático, centrado na aprendizagem dos alunos e no estudo de casos concretos que implica algumas ações: assumir uma postura reflexiva a respeito da profissão, isto é, basear-se na aquisição de uma cultura profissional, valorizando experiências práticas como papel central na formação docente; dedicar uma atenção especial à dimensão pessoal, trabalhando a capacidade

de relação e de comunicação que define o trato pedagógico; valorizar o trabalho em equipe e o exercício coletivo da profissão; e, por fim, a formação deve estar marcada por um princípio de responsabilidade social, favorecendo a comunicação pública e a participação dos professores em espaços públicos da educação.

Como afirma Nóvoa (2007), não é a prática que é formadora, mas sim a reflexão sobre a prática, ou seja, é a capacidade de refletir e analisar a própria prática na interação com todos os participantes do processo formador que se provoca e se renova à práxis pedagógica.

CONCLUSÃO

A formação da consciência crítica, portanto, perpassa a capacidade de pensar a ação em suas continuidades e mudanças do tempo. Neste contexto é que se apresenta a necessidade de formar um homem *omnilateral*, que não terá somente o conhecimento técnico, mas também uma formação filosófica e política no sentido de capacitá-lo a tornar-se não somente ator, mas também autor, capaz de fazer uma leitura e interpretação do contexto histórico e não somente reproduzi-lo, sendo capaz de analisar criticamente a realidade e transformá-la.

Assim, vê-se a importância da história da educação na formação do educador para discutir as questões sobre a inserção das tecnologias no contexto escolar, e suas contribuições na melhoria da qualidade do ensino possibilitando o aumento da democratização da educação.

Nessa direção, salientamos que a redução das desigualdades sociais ocorre em decorrência da visão de Estado e sociedade juntamente com as ações da educação que tem como um de seus atores o professor. Particularmente, relacionado ao uso das tecnologias é necessária formação inicial e continuada para que o professor consiga contribuir de forma efetiva com a redução das desigualdades e da democratização da educação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. Constituição (1988). Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF: 1996.

_____. Decreto nº 5.542, de 20 de setembro de 2005. Institui o Projeto Cidadão Conectado - Computador para Todos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5542.htm>. Acesso em: 15 dez. 2015.

GADOTTI, M. A educação contra a educação: o esquecimento da educação e a educação Permanente. 5. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1992.

HÖFLING, E. M. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55, novembro/2001.

LARA, A. POLÍTICAS DE REDUÇÃO DA DESIGUALDADE SÓCIO-CULTURAL. UEM, 2014.

LUKÁCS, G. Conversando com Lukács. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

MALHOTRA Naresh K. Pesquisa de marketing. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001

MARX, K; ENGELS, F. A ideologia alemã. Boitempo Editorial, 2007.

MARX, K.; ENGELS, F. Manifesto comunista. Boitempo Editorial, 1998.

NÓVOA, A. Desafios do professor no mundo contemporâneo. Livreto publicado pelo Sindicato dos Professores de São Paulo, 2007. Disponível in <http://www.sinprosp.org.br/arquivos/novoa/livreto_novoa.pdf > Acesso em: 15 dez. 2015.

PARANÁ. Diretrizes para o uso de tecnologias educacionais / Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Diretoria de Tecnologias Educacionais. – Curitiba: SEED – Pr., 2010. - p. – (Cadernos temáticos).

PARANÁ. Lei nº 18.118, de 25 de junho de 2014. Dispõe sobre a proibição do uso de aparelhos/equipamentos eletrônicos em salas de aula para fins não pedagógicos no Estado do Paraná.

SAVIANI, D. Educação: Do Senso Comum à Consciência Filosófica. 14. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

_____. Pedagogia Histórico-crítica: Primeiras aproximações. São Paulo. Cortez: Autores Associados, 1991.

UNESCO, Diretrizes de Políticas para a Aprendizagem Móvel. 2013. Disponível em: <www.unesco.org/open-access/terms-use-ccbyncnd-port>. Acesso em: 15 dez. 2015.